

3 PODERES



A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | Agosto
EDIÇÃO 10 | 2024



Do púlpito à tribuna

O vertiginoso crescimento das candidaturas religiosas.



ENTREVISTA
Coronel Chrisóstomo
Deputado defende
ampliação da
navegação fluvial.



Confederação do Equador
Há 200 anos, a criação de um 'Brasil alternativo'.



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
SINOP



casaprado.com.br



CASA  PRADO

Av. dos jacarandás, 2655
Setor Residencial Sul

O avanço da religião sobre a política

Pensadores, sociólogos e políticos da velha guarda experientes já cantavam a bola antes, muito antes dos fenômenos religiosos fundamentalistas, como setores do evangelismo, em particular, o neopentecostalismo: política e religião não combinam. Lembram que a Constituição Federal prevê um estado laico e, assim, nenhuma de suas três estruturas (Executivo, Legislativo e Judiciário) deve se guiar pela religião.

As histórias nacional e mundial, sobretudo, estão eivadas de exemplos de estados que se guiam pelo fundamentalismo religioso e dão no que dão. O

parlamento brasileiro segue esse rumo. Deputadas e deputados, senadoras e senadores, assim como vereadores que se guiam pelo fundamentalismo religioso insistem em mudar ou sugerir leis que se adequem a seus princípios religiosos. Só a fé deles é que vale. Só eles têm razão. E não se furtam a empregar recursos nada cristãos para impor a vontade deles.

O risco de isso se ampliar está no aumento de mais de 220% das candidaturas religiosas, a esmagadora maioria de fundamentalistas neopentecostais. É o que traz a reportagem de capa desta edição.

Boa leitura.



João Orozimbo Negrão

Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias

SUMÁRIO

CAPA | Do púlpito à tribuna

04 | CARTA

05 | OPINIÃO | André Naves

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Coronel Chrisóstomo

18 | ESTATUTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

22 | CANDIDATURAS RELIGIOSAS

25 | CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR



CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo

TEXTOS
André Naves, Humberto Azevedo, João Pedro Marques, Pedro Rafael Vilela, Ricardo Westin, Agência Tse, Agência Senado, Agência Cnj De Notícias, Assessorias.

FOTOGRAFIA
Mário Agra, Roque de Sá, Waldemir Barreto, Agência Câmara, Agência TSE, Agência Senado, Secom-PR, Agência Brasil, Agência CNJ, Assessoria STF, Assessoria TSE, Assessoria MPF, Assessoria TCU.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

mídia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL É PUBLICAÇÃO



Tributação versus solidariedade

Por **Carmem Murara**

A discussão sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, inserido no contexto da reforma tributária brasileira, trouxe à tona questões relevantes para o setor filantrópico do país. Esse segmento, vital para o desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades, poderia enfrentar sérias dificuldades caso suas especificidades e necessidades não fossem consideradas. A natureza das entidades filantrópicas, que operam sem fins lucrativos e com a missão de atender comunidades vulneráveis e de promover bem-estar social, exige uma atenção particular no desenho de políticas tributárias. Foram meses de intensa mobilização do setor filantrópico em busca de sensibilizar sobre os possíveis impactos da reforma nessa prestação de serviços, mostrando como essas instituições desempenham um papel crucial nos cuidados de saúde, educação e assistência social. Atualmente, mais de 365 mil crianças e jovens de baixa renda são beneficiados com bolsas de estudo, além de 60% dos atendimentos do SUS serem feitos em hospitais filantrópicos e Santas Casas. São mais de 27 mil instituições sem fins lucrativos que prestam serviços gratuitos em todo o país, gerando 1,6 milhão de empregos diretos, segundo o Ministério do Trabalho. A primeira etapa foi vencida na Câmara, com alterações importantes no texto da proposta, mas é preciso que agora o Senado também entenda que é essencial manter esse olhar para o setor sem tornar mais onerosa a operação das instituições filantrópicas. A filantropia é cláusula pétrea da Constituição brasileira e ela garante a destinação de recursos aos mais vulneráveis. A redução dessas garantias iria significar um retrocesso. Entidades que atuam em áreas cruciais poderiam ser forçadas a diminuir ou até mesmo cessar suas ope-



“A reforma tributária deve, acima de tudo, promover um ambiente que fortaleça e amplie a capacidade das entidades filantrópicas de continuar seu trabalho vital na construção de uma sociedade mais igualitária. A questão, desde o início, sempre foi a busca por um olhar cuidadoso para aqueles que o Estado nem sempre alcança. E não podemos perder isso de vista”

rações, e o impacto negativo seria imediato, atingindo diretamente as populações mais vulneráveis. Ao buscar simplificar e aumentar a arrecadação, com a proposta original, o governo iria, inadvertidamente, onerar as organizações filantrópicas. O aumento de tributos, ainda que indiretos, sobre essas entidades reduziria sua capacidade financeira, limitando a sua atuação e a oferta de programas essenciais. Em um cenário onde o Estado já enfrenta dificuldades para atender às demandas sociais, as organizações filantrópicas são um alicerce indispensável. Assim, impor maiores tributos sobre essas entidades seria um contrassenso, agravando ainda mais as desigualdades e a precariedade dos serviços sociais. Essa carga adicional desviaria esforços e recursos que poderiam ser mais bem empregados em projetos e serviços comunitários, prejudicando a eficiência e a eficácia das operações filantrópicas. Além disso, precisamos o quanto antes retomar a clareza sobre o futuro das imunidades, isenções e bene-

fícios fiscais para evitar que isso possa reduzir o fluxo de doações e investimentos no setor filantrópico, comprometendo sua sustentabilidade e capacidade de impacto. A previsibilidade e a segurança jurídica também são fundamentais para o planejamento e para a captação de recursos em longo prazo. Investidores e doadores, tanto nacionais quanto internacionais, se sentiriam desencorajados a apoiar organizações que operam em um ambiente regulatório instável. É urgente que os legisladores mantenham suas posições e considerem as consequências adversas que a eliminação de imunidades, o aumento da oneração fiscal, a burocratização excessiva e a incerteza jurídica poderiam trazer para essas organizações que desempenham um papel insubstituível. Qualquer medida que coloque em risco sua operação e sustentabilidade deve ser reavaliada com o devido cuidado e responsabilidade. *Carmem Murara é diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Grupo Marista.

Rosana Martinelli defende setor madeireiro e manejo florestal sustentável



Ao defender o manejo florestal sustentável, a senadora Rosana Martinelli (PL-MT) afirmou, durante pronunciamento no último dia 14, que o setor madeireiro vem adotando práticas que garantem a exploração sustentável das florestas, combatendo assim a imagem negativa associada à atividade. “Hoje nós falamos que somos madeireiros com muito orgulho, porque trabalhamos de forma sustentável. É muito importante ter essa conscientização. O setor madeireiro gera milhares de empregos. A nossa construção civil ainda depende das madeiras na nossa infraestrutura, na nossa construção”, disse a senadora, destacando os 40 anos de fundação do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso (Sindusmad). Ela apontou a importância histórica do sindicato, fundado em 1980 por integrantes do setor que, ressaltou ela, se uniram para buscar soluções para o escoamento da madeira extraída regularmente na região.

Plínio Valério alerta para gravidade da seca no Amazonas



O senador Plínio Valério (PSDB-AM), em pronunciamento, chamou a atenção para a grave seca e queimadas que afetam a Amazônia. O senador enfatizou que o problema, embora recorrente, não recebe a devida atenção das autoridades. “Ano passado foi alertado, nenhuma providência foi tomada. A gente alerta de novo para este ano, vai ser a mesma coisa. Então, quando vocês ficarem lendo que Manaus está com o céu cheio de fumaça, que é a pior qualidade de vida do planeta, para o ano vai ser a mesma coisa. E a gente não toma providência para antecipar”, afirmou. Ele defendeu a implementação de medidas preventivas, como o uso de patrulhas mecanizadas, para combater as queimadas, e ressaltou o impacto positivo que tais iniciativas teriam na preservação da região.



Homologada norma do TRE-MT que classifica 170 locais como de difícil acesso



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade, homologou parcialmente a resolução do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) que classifica localidades do estado como de difícil acesso. As ministras e os ministros acompanharam o voto do relator, ministro Raul Araújo, e reconheceram que 170 dos 172 locais apontados pelo Regional no processo se enquadram nos parâmetros estabelecidos pela Resolução TSE nº 23.422/2014, que estabelece condições para que localidades e as respectivas zonas eleitorais sejam definidas como de difícil acesso. Com a decisão, fica autorizada a concessão de diárias e passagens a magistradas, magistrados, servidoras e servidores no exercício das atividades relacionadas às eleições e à organização do pleito. De acordo com a Resolução TSE nº 23.323/2010, o auxílio não pode ser efetivado sem que o deslocamento à zona eleitoral responda aos critérios que justificam tais custos.

MPT critica possível aumento da jornada de trabalho de aeronautas



Com o setor aéreo em evidência devido a um trágico acidente que vitimou 62 pessoas, o Ministério Público do Trabalho (MPT) reafirmou sua posição contrária a qualquer mudança nas normas em vigor que resulte em aumento da jornada de trabalho ou redução do intervalo de descanso de pilotos de aviões, bem como de comissários e mecânicos de voo. “Profissionais que atuam no transporte aéreo devem ter jornada de trabalho reduzida para evitar os riscos decorrentes da fadiga, que impactam a saúde desses trabalhadores e a própria segurança operacional dos voos”, sustenta o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista. A manifestação diz respeito a uma iniciativa da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que por meio de consulta pública “está discutindo alterações nas regras sobre gerenciamento de fadiga entre profissionais da aviação comercial”.

DITO & FEITO

“Ainda é verdade que as taxas de juros no Brasil são absurdamente altas, isso a gente não discute. O que a gente está querendo mostrar aqui é que, ao longo do tempo, a gente tem sido capaz de trabalhar com taxas de juros mais baixas comparado com outros intervalos na história, tanto na parte real quanto na parte nominal.”

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central.

“A ata do Copom que fala de incertezas fiscais... É de uma maldade! Porque vamos falar sério - eu inclusive fui contra o déficit, o arcabouço - o governo está saindo de um déficit de 2,3% do PIB e quer entregar déficit zero ou -0,25%. É um esforço fiscal gigantesco!”

Deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ).

“As rotas de integração regional, a partir de 2026, poderão representar para o Brasil o que a reforma tributária está representando hoje: um nível de crescimento em torno de 1% do PIB, sozinha, ao ano. O que significa a redução das desigualdades, da miséria, da pobreza.”

Simone Tebet, ministra do Planejamento.

“Com o Desenrola Pequenos Negócios, já estamos atingindo quase R\$ 3 bilhões em renegociações e mais de 5 mil empresas já acessaram o Procred 360, com um volume de R\$ 140 milhões.”

Tadeu Alencar, secretário executivo do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



Coronel Chrisóstomo teve texto de sua iniciativa adotada no relatório da medida provisória que estimula o mercado de créditos de carbono na gestão de florestas.

Ampliar a navegação fluvial é “a solução da logística para a Amazônia”

Aliado do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, apesar de criticar a regulamentação da reforma tributária aprovada pela Câmara, comemorou a decisão da não taxação das proteínas, que foi uma ideia sua aprovada por mais de 400 deputados

■ Por Humberto Azevedo

A entrevista desta semana do portal RDMNews é com o deputado João Chrisóstomo de Moura (PL-RO), conhecido como Coronel Chrisóstomo. Na conversa, obtida no “cafezinho do plenário” da Câmara – um dia após aquela Casa Legislativa ter aprovado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68, de 2024, que regulamenta o novo

texto constitucional sobre a legislação tributária promulgada em dezembro de 2023 – o parlamentar rondoniense abordou diversos temas, sempre focando no desenvolvimento regional.

Para ele, ampliar a navegação fluvial é “a solução da logística para a Amazônia”. Segundo Chrisóstomo, aliado do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL),

“

Quando se fala em estrada, a estrada no Norte não é estrada de terra. Ela não é estrada de asfalto. As estradas do Norte, na sua maioria, são os rios. Os rios são as estradas. O rio é a via. O que nós fazemos? O que o Brasil faz para ajudar essas vias? Praticamente nada”



promovido também com mais efetividade pelas águas amazônicas, se os rios da região tivessem uma capacidade maior de navegação.

Crítico da regulamentação da reforma tributária aprovada pela Câmara, o deputado comemorou a decisão da Casa em não taxar as proteínas de origem animal (carnes bovina, caprina, de frango, peixes e suína) na cesta básica dos brasileiros. Se o Senado confirmar esta decisão, a proteína de origem animal, mais os queijos e o sal marinho terão alíquota zero de impostos. A aprovação deste trecho da regulamentação da reforma tributária aconteceu durante a votação de uma emenda destacada pela liderança do PL para incluir esse dispositivo no texto do PLP 68. A emenda destacada foi apresentada por ele, Chrisóstomo, e aprovada por mais de 400 deputados.



isso resolveria não apenas o trânsito para negócios, mas, sobretudo, poderia se tornar uma medida social para garantir o fluxo de idas e vindas de amazônicas dentro e fora da região – que possuem menos condições financeiras. Engenheiro do exército brasileiro, o militar conta que o serviço promovido pela Força Aérea Brasileira (FAB) através do Correio Aéreo Nacional poderia ser

Na discussão da reforma tributária, o parlamentar liberal de Rondônia avaliou, ainda, que o fim da isenção fiscal para as Áreas de Livre Comércio que contam com esses benefícios pode tirar empresas e empregos da região. Na entrevista, o deputado afirmou que tentará introduzir novamente essas isenções no PLP 68 durante os debates que a matéria passará a ter neste segun-

“

Foi através da minha emenda. Foi fenomenal o apoio dos parlamentares. E eu, como autor dessa emenda, não poderia deixar de estar tão feliz, porque ela vai apoiar o agronegócio do Brasil, em especial do meu estado, que é Rondônia; 40% dos bovinos do Norte são do meu estado”

do semestre no Senado Federal.

Natural do município de Tefé, no Amazonas, João Chrisóstomo de Moura foi criado na fronteira do Brasil com a Bolívia e com a Colômbia. De lá, ingressou nas Forças Armadas no final dos anos 70 – onde fez carreira como militar, se formando inclusive em Engenharia pela Academia das Agulhas Negras de Resende (RJ) no ano de 1984. Antes de ser eleito deputado federal em 2018, o parlamentar era reservista do exército brasileiro, onde atuou na ativa até o final dos anos 2010.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista.

RDMNews: Deputado Chrisóstomo, o senhor foi um dos autores da emenda apresentada pela bancada ruralista, Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que incluía as proteínas animais no texto final do Projeto de Lei Complementar que regulamenta o novo dispositivo da Constituição federal que versa sobre reforma tributária. Ao final de

“

Muitos empresários, não são poucos, montaram suas empresas lá pelos benefícios da área de livre comércio. Eles vão permanecer? Tomara que permaneçam. Mas vem a pergunta, eles vão permanecer com suas empresas longe do mercado consumidor, sem os benefícios? Eu tenho muita dúvida nisso”

toda a discussão, apesar da votação da emenda, foi incluída pelo relator no texto final a ser enviado ao Senado Federal, não só a carne de origem bovina e de frango, mas também a de peixes, e queijos, além do sal marinho. Qual é a importância desta emenda que foi incorporada pelo relatório e aprovada por mais de 400 deputados, que estabelece alíquota zero para esses alimentos na cesta básica? A previsão de que as regras, se confirmadas pelo Senado, devam começar a valer a partir de 2027, com um período de transição, até o ano de 2033. Ou seja, daqui a mais de dez anos.

Coronel Chrisóstomo: Antes de tratar disso, eu quero falar da minha felicidade após a aprovação dessa emenda, que foi um destaque, não é? Um dos destaques do meu partido, o PL, que foi aprovado por mais de 440 deputados federais. E incluí a proteína de origem animal como



as carnes bovina, de caprino, de peixe, de suíno. Todo tipo de carne que seja proteína para atender a cesta básica no Brasil e que não estava inclusa no projeto inicial do Projeto da Lei Complementar 68, que é o da regulamentação da reforma tributária. Não estava inclusa a carne na cesta básica. O governo não incluiu e não queria incluir mesmo. E foi através da minha emenda. Foi fenomenal o apoio dos parlamentares. E eu, como autor dessa emenda, não poderia deixar de estar tão feliz, porque ela vai apoiar o agronegócio do Brasil, em especial do meu estado, que é Rondônia; 40% dos bovinos do Norte são do meu estado. Então, os produtores de carne no Brasil estão felizes. O agronegócio ficou feliz e acho que isso foi muito importante. E foi importante também, não só para nós, que somos oposição ao governo também, porque acabou favorecendo as famílias mais pobres que recebem o Bolsa Família, que agora terão também a proteína, a carne no Bolsa família.

RDMNews: Mas não vai ser agora, não é? Não será nesse governo que finaliza o mandato em 2026, nem no próximo – entre 2027 e 2030. E, sim, apenas no governo que for eleito em 2030 e que governará o país entre 2031 e 2034.

Coronel Chrisóstomo: Mas o importante é que está aprovado. Está aí, não é? Então, quando o governo começar a ter a possibilidade de liberar essas ações a partir de 2027, o benefício já estará no papel. Vamos colocar em prática, não é? Mas a lei é assim mesmo, não é? Ela tem prazo para iniciar e esse é o caso.

RDMNews: E qual é a importância da reforma tributária como um todo para a região amazônica?

Coronel Chrisóstomo: O meu olhar, o olhar desse lado, o olhar como oposição. Eu sou oposição. Se nós olharmos para a reforma tributária, eu diria que a reforma tributária não foi boa para o Brasil. É o meu olhar, entendeu? Tem coisas que favoreceram, como é o caso dessa emenda que eu coloquei, que vai atender o Brasil. Com certeza, outras emendas que foram aprovadas também serão favoráveis para os brasileiros. Mas tem algumas coisas que não ficaram boas. Por quê? Porque vai haver aumento de imposto, entendeu? São itens da vida do cidadão. E dentro desses itens, nós teremos um aumento lá na frente. Ah, mas não vai ser agora não, mas uma hora vai. Falaram em aumento de diesel de combustível. Hoje já tem posto de combustí-



vel que aumentou. Entendeu? Até o etanol, que não tem nada a ver com isso. O etanol hoje amanheceu com aumento na bomba. Então, veja que toda a movimentação, quando se fala em aumento de impostos, os empresários já começam a jogar o aumento antes da coisa acontecer. No meu olhar de oposição, para dentro da reforma, eu não votaria favorável em nada dela, porque eu acho que ela deveria ter sido muito mais discutida, para o debate de muitos mais acordos para que pudesse chegar à melhor situação possível para atender os brasileiros.

RDMNews: Mas quais são as medidas que, na sua avaliação, ficaram faltando para atender do ponto de vista tributário, a região amazônica?

Coronel Chrisóstomo: Bom, especificamente para a região amazônica, eu vou falar de algo que tem a ver com meu estado. A Zona Franca de Manaus. Não incluíram as áreas de livre comércio. Essas áreas de livre comércio significam

“

Como o empresário sempre faz conta, vai valer a pena colocar a empresa lá, onde não terá mais esse benefício da área de livre comércio? Com a logística sendo um pouco mais distante? Sem esse benefício, ele vai embora. Na minha visão, os empresários sairão desses municípios onde ocorre o benefício hoje da área de livre comércio”

muito para os municípios que têm esse benefício, que eles vão passar por uma grande dificuldade. Muitos empresários que estão nessas cidades, a exemplo de Guajará-Mirim, em Rondônia, que fica na fronteira do Brasil com a Bolívia, é uma delas. Tem várias outras. Esses municípios terão grande dificuldade para a sua economia. Por quê? Porque muitos empresários, não são poucos, montaram suas empresas lá pelos benefícios da área de livre comércio. Eles vão permanecer? Tomara que permaneçam. Mas vem a pergunta, eles vão permanecer com suas empresas longe do mercado consumidor, sem os benefícios? Eu tenho muita dúvida nisso. Gostaria que essas empresas não saíssem dessas cidades. Mas como dizer para o empresário que ele vai pagar imposto igual a outros municípios? E a logística dele? É uma logística difícil, porque ele foi para lá devido ao benefício de não ter imposto. Só que a distância dele para o mercado consumidor é muito grande. Mas como o empresário sempre faz conta, vai valer a



pena colocar a empresa lá, onde não terá mais esse benefício da área de livre comércio? Com a logística sendo um pouco mais distante? Sem esse benefício, ele vai embora. Na minha visão, os empresários sairão desses municípios onde ocorre o benefício hoje da área de livre comércio.

RDMNews: E como solucionar essa questão? A matéria vai agora para o debate no Senado, onde provavelmente deve ser alterada. Aí, vai voltar para a Câmara, que vai finalizar a votação.

Coronel Chrisóstomo: Nós já estamos montando um grupo de parlamentares aqui e nós vamos tratar com o relator lá no Senado. Nós sabemos que lá no Senado é mais fácil você negociar para tentar fazer alguma mudança em algum projeto de lei, entendeu? Lá no Senado é mais fácil.

RDMNews: Por causa das questões federativas.

“

Como o empresário sempre faz conta, vai valer a pena colocar a empresa lá, onde não terá mais esse benefício da área de livre comércio? Com a logística sendo um pouco mais distante? Sem esse benefício, ele vai embora. Na minha visão, os empresários sairão desses municípios onde ocorre o benefício hoje da área de livre comércio”

Coronel Chrisóstomo: Isso. Exatamente. Então, lá é muito mais fácil. E é o caso. Esse é um exemplo crasso. Em relação ao Senado, eu acho que é muito mais fácil lá. E aí a gente faz o inverso, não é? Corrige lá para aprovar aqui, porque a briga é aqui, não é? O conflito é aqui na Câmara, não é? Temos que trabalhar para que isso aconteça, para que isso possa ser aprovado lá. Já sabemos disso, me parece que o relator lá é um ex-governador do estado do Amazonas, o Eduardo Braga. E tomara que ele acate o nosso pedido. E como ele é da Amazônia, eu acredito que vai facilitar também. Então, essa é a nossa força em direção ao Senado para a gente corrigir essa grande dificuldade que nós teremos lá na Amazônia, se isso prosseguir.

RDMNews: Agora, saindo um pouco da reforma tributária, mas não saindo tanto, a Amazônia tem um “delay”, digamos assim, com relação às regiões mais desenvolvidas do país, como o Sul e o Sudeste. Como resolver essa disparidade, esse “delay”, essas questões das



regiões menos desenvolvidas na Amazônia, e mantendo a preservação ambiental, mas também dando dignidade ao amazônida?

Coronel Chrisóstomo: Essa pergunta é muito importante. E você está dirigindo essa pergunta a um parlamentar que nasceu dentro da floresta amazônica, filho de indígena tukano. Minha mãe é uma indígena tukano. E que vive na Floresta Amazônica. Eu vi muita coisa disso que você está falando. No decorrer dos anos, vi o descaso que o Brasil tem para conosco. E, agora, não falo especificamente só de um estado, estou falando de Amazônia. E por que eu estou falando isso? Porque hoje, no Brasil, e com certeza vamos continuar assim, a região onde mais se tem floresta no mundo é a região da Amazônia. Agora todo mundo aplaude isso. Mas na hora de você fazer um paralelo, fazer um comparativo dos benefícios que têm os outros e a Amazônia, aí nós ficamos lá embaixo. Por quê? Tem muitos itens que nós podemos fazer um comparativo e ver que não somos

“

Onde mais se tem floresta em pé no Brasil e no mundo é na Amazônia. O estado do Amazonas tem mais de 96% da sua floresta de pé e é o maior estado do Brasil. Então, veja o quanto de floresta a Amazônia está preservando em um único estado. Tem o estado de Rondônia, que tem aí próximo a 50% também da floresta em pé. Se formos para outros estados, também está mais ou menos equilibrado”

prioridade para o Brasil. E muito menos para o mundo, não é? Onde mais se tem floresta em pé no Brasil e no mundo é na Amazônia. O estado do Amazonas tem mais de 96% da sua floresta de pé e é o maior estado do Brasil. Então, veja o quanto de floresta a Amazônia está preservando em um único estado. Tem o estado de Rondônia, que também tem aí próximo a 50% também da floresta em pé. Se formos para outros estados, também está mais ou menos equilibrado. O Pará, que tem um pouco mais de desmatamento e tal, mas enfim. Mas juntando tudo, quando se fala em Amazônia, a floresta está de pé. Que benefício nós temos? Nada! Nós precisamos ter um olhar diferente para quem mantém a floresta de pé. Que benefício o estado do Amazonas tem para ter mais de 96% da floresta de pé? Praticamente nada! Então, eu vejo uma coisa muito importante que nós temos que pensar, tendo um olhar diferenciado para a Amazônia. A água está na Amazônia. Nós temos aí no Brasil um percentual muito maior do que as outras regiões em termos de água.

É um detalhe. A nossa água é potável. Ela chega até nós como potável porque nós não estamos deteriorando a pureza da água. Ah, mas tem sim alguma coisa de minério, mas é algo pontual. É em um canto ou outro. Mas pelo volume de água, nós estamos com nossa água limpa. Na Amazônia, a água é limpa. O que ganhamos com isso? Nada! E se nós somos o povo de lá, quem cuida somos nós. Então, eu estou falando dados aqui que são reais e verdadeiros da natureza. Nós somos de uma região onde mais tem minério no universo. O que ganhamos por isso? Nada!

RDMNews: E o que temos de mineração em Minas Gerais, Maranhão e Pará, é exportado, não é?

Coronel Chrisóstomo: Exatamente. E não fica nada aqui para nós. Há uma exploração sobre o ser humano na floresta, porque tiram de lá o minério e nós ficamos sem ver benefícios. Portanto, meu amigo, vejo que nós precisamos ter um olhar diferenciado. Eu sei que é difícil a gente aprovar algumas ações dessa para a região amazônica, porque nós somos poucos parlamentares. O grande número de parlamentares está nas outras regiões e aqui no Parlamento vale o 'quanto mais, melhor'. E nós somos o 'quanto menos pior'.

RDMNews: Falta unicidade e unidade da bancada da Amazônia?

Coronel Chrisóstomo: Essa unidade é muito importante. Foi recriada e eu sou integrante da Bancada do Norte. Nós contabilizamos em torno de 64 parlamentares. Já é uma força. Então, se nós fortalecemos a Bancada do Norte, nós poderemos dar a importância devida para ajudar o nosso povo da Amazônia também. Eu, inclusive, tenho duas responsabilidades dentro da Bancada do Norte. Eu fiquei responsável pela coordenação de infraestrutura e logística. Duas coisas importantes. Considerando

que quando se fala em estrada, a estrada no Norte não é estrada de terra. Ela não é estrada de asfalto. As estradas do Norte, na sua maioria, são os rios. Os rios são as estradas. O rio é a via. O que nós fazemos? O que o Brasil faz para ajudar essas vias? Praticamente nada.

RDMNews: Inclusive, no último período de estiagem, a cidade de Manaus e até algumas regiões do seu estado, Roraima, ficaram praticamente isoladas, não?

Coronel Chrisóstomo: E isso vai acontecer novamente agora no período de maior seca. A partir de novembro, nós teremos um problema talvez pior do que no ano passado. A previsão é essa. Então, dentro dessa previsão, o que nós, o que o Brasil, o que o governo está fazendo? Eu estou evitando até falar de governo, porque isso passaria por qualquer governo. A seca não tem a ver com o governo. É um fenômeno natural. Mas o que nós estamos fazendo para nos precaver a essa situação, que é um problema natural? Pouco está sendo feito. E aí quando digo o pouco que está sendo feito, porque aí – eu trago uma informação – que isso vai ocorrer no Amazonas, vai ocorrer em Roraima, que são dois estados que praticamente ficam isolados em certo tempo do ano, no período da chuva. Por quê? Porque a ligação deles com o Brasil é através da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, que está com boa parte do asfalto deteriorado. Com a BR-319, os dois estados estão inseridos na malha rodoviária nacional. Mas ainda há uma resistência muito grande dos dirigentes ambientais, do governo atual, em não querer reconstruir o asfalto dessa importante BR. Fazendo isso, vamos melhorar a logística nesses dois estados.

RDMNews: Agora, uma questão futurista. Não é tão futurista assim. O Brasil está próximo de ter os carros voadores, não é? Como isso vai funcionar? Isso seria uma opção para a logística da região amazônica?

Coronel Chrisóstomo: Muito bem. Nós, você, eu e outros, quando éramos crianças, nós víamos filmes de carros voadores, não é? É uma verdade. Certamente alguém já pensava isso há 30 anos. Há 30, 40 anos e já imaginava que um dia nós poderíamos ter carros voadores. Sim, a imaginação veio lá de trás e, agora, estão praticando. Estão testando. Isso vai acontecer. Queiram ou não, isso vai acontecer. Mas para chegar a ser uma solução para nós da Amazônia, onde a nossa via de acesso são as águas dos rios, nós vamos ter algumas décadas ainda pela frente, se isso for realmente aceitável por todos. Porque muita coisa, às vezes a gente vê, mas ela não avança. Fica aí no local em algum museu que só tentamos, mas não ocorreu. E se der certo mesmo esse tipo de veículo voador, sem dúvida nenhuma para a Amazônia seria muito bom. Mas isso é coisa de futuro, de décadas, para acontecer. Mas pensando, se houvesse hoje, seria bom.

RDMNews: Então a solução seria fazer uma ampliação da rede de cabotagem, não é? Para fazer os rios cada vez mais navegáveis, inclusive, nos períodos de estiagem, não?

Coronel Chrisóstomo: Exatamente. Eu acho que essa é a solução da logística para a Amazônia. Nós não queremos desmatamento, mas, para não querer desmatamento, tem que falar para as pessoas. Não queremos o desmatamento, e aqui está uma solução para você não desmatar, entendeu? Não queremos mais estradas no Amazonas, ok? Mas como nós vamos poder circular de um lugar para o outro? O transporte fluvial é uma solução. Então, vamos fazer o seguinte: ter transporte fluvial público, a exemplo do Correio Aéreo Nacional, via Força Aérea Brasileira (FAB). A FAB é para atender pessoas. O Correio Aéreo Nacional foi criado para atender as pessoas mais pobres, para poder chegar mais rápido de um lugar ao outro. É gratuito. E por que não existe um transporte

fluvial ou mesmo terrestre para atender as pessoas mais pobres?

RDMNews: Regulado pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)?

Coronel Chrisóstomo: Regulado e regular. Para que as pessoas saibam que existe um amparo público. Porque, gente, vamos lá. Vamos lá. Se falar, vou puxar de novo. Eu falei do Bolsa Família, e vou trazer de volta aqui. São os mais necessitados, são os mais pobres que recebem Bolsa Família. Não é isso? Quantos desses têm seus familiares longe? Tem um filho longe? Tem os filhos, os pais longe e ele não tem dinheiro para se manter. Imagine viajar, então? Seja um transporte terrestre ou fluvial. Será que a gente não ajudaria muito os brasileiros mais pobres tendo um transporte fluvial público? Não é para fazer turismo, não. É para chegar aonde é necessário a pessoa chegar. Eu vejo isso porque eu, desde bebê, usei o Correio Aéreo Nacional. Eu fui parido ao lado da tribo da minha mãe. Depois de ser parido, fomos transportados via Correio Aéreo Nacional para uma outra localidade, lá no estado de Rondônia, de onde eu sou chamado, Forte Príncipe da Beira, uma outra localidade distante na fronteira do Brasil com a Colômbia, na fronteira do Brasil



com a Bolívia. Eu saí, eu fui parido na fronteira do Brasil com a Colômbia, no rio olhando para a Colômbia. E depois de parido, eu fui para Forte Príncipe da Beira, na beira do rio, olhando para a Bolívia. Foi tudo via Correio Aéreo Nacional. Os meus pais não tinham recursos para pagar um transporte privado. E se esse transporte fluvial público fosse criado seria uma coisa boa, não? Eu não estou dizendo que vamos criar, porque tem que ver se há a possibilidade. Vamos ver se existe a possibilidade de criarmos um transporte público terrestre e um transporte público fluvial. Se tiver, vamos criar. Vamos colocar do tamanho para que o Brasil possa atender. Mas, pelo menos, nós íamos atender muita gente que precisa sair de um lugar e chegar ao outro. Principalmente, na Amazônia. Posso dar um exemplo crasso aqui, porque eu rodei toda a Amazônia. Eu tive uma função no Exército, em Manaus, de chefe de Patrimônio do Exército e rodei todos os nove estados da Amazônia. Eu fui chefe do Patrimônio do Exército por cinco anos e eu rodei a Amazônia toda de barco, de veículo terrestre, de avião. Rodei a fronteira toda da Amazônia pela minha função. Então, gente, tem pessoas que têm seus familiares no interior e que eles não se falam há dezenas e dezenas de anos, porque um não tem dinheiro para ver o outro. O estado do Amazonas é extenso e para pagar um barco tem que ter muito dinheiro. Se não tem dinheiro para barco, não vão ter dinheiro para pagar um avião. Em muitas cidades, ou você só sai de barco ou você só sai ou chega de avião. Essa é a realidade da Amazônia.

RDMNews: Para finalizar, quais os projetos do seu mandato destacaria que são pontuais para se resolver as questões mais urgentes da Amazônia?

Coronel Chrisóstomo: Um dos projetos foi essa emenda incluída na reforma tributária e que atende o Bolsa Família, atende à Amazônia porque nós somos os

mais pobres. A nossa região e o nosso povo do Norte estão inseridos como os mais pobres do país. E o Bolsa Família é muito importante para atender essas famílias mais pobres. Então, essa emenda minha aqui atendeu diretamente a Amazônia. Uma outra coisa também é que eu estou com outros projetos que atendem a Amazônia. Não são projetos diretamente para nós, veja bem. O estado do Amazonas, em especial o meu estado de Rondônia, são estados onde as mulheres são muito perseguidas. O meu estado é o estado onde mais se mata mulheres. Infelizmente, é muito triste isso. Onde mais se maltrata as mulheres. E eu criei um projeto que foi aprovado. Hoje é lei, o projeto que criou a lei que criminaliza a perseguição contra as mulheres, ou 'stalking' pela internet. O projeto é meu, do coronel Crisóstomo, já está valendo há mais de dois anos. Então, eu fiz isso para atender as mulheres do Norte. Então, vejo isso como muito importante. Um outro projeto que foi aprovado e que a relatoria é minha, é o projeto das concessões florestais. Uma MP do governo Lula, das concessões florestais. De quem foi o relatório? Cem por cento do Coronel Crisóstomo, embora eu não tenha sido o relator. Mas o relator descobriu que eu ia relatar sobre concessões florestais dentro de um projeto de lei, pegou o meu projeto, jogou 100% dentro do relatório das concessões florestais. São vários projetos que eu tenho e que estão em curso. Tem um que impacta sobre pessoas que invadem propriedades rurais e nós, no Norte, temos muito esse problema. É o Projeto de Lei 1198, que já está na pauta da CCJ, para aplicar punições contra todo aquele que invadir terra tenha e/ou esbulho possessório. Todo aquele que incidir sobre o esbulho possessório terá uma pena aumentada. Ele vai minimizar ou impedir pessoas de entrar na terra pública ou privada sem a permissão e tomar conta. É um projeto do Coronel Crisóstomo que impacta onde? Em especial, na Amazônia.



PRA
TUDO LADO



TEM
RESULTADO



HOSPITAL CENTRAL

O ÚNICO ESTADO COM 6 HOSPITAIS EM CONSTRUÇÃO

TANGARÁ DA SERRA,
ALTA FLORESTA,
CONFRESA, JUÍNA

EM CUIABÁ
HOSPITAL CENTRAL E
HOSPITAL JÚLIO MÜLLER



**Governo de
Mato
Grosso**

Senado aprova Estatuto da Segurança Privada



Relatório pelo senador Laércio Oliveira, texto apresentado pela Câmara regulamenta atuação de empresas e de vigilantes

■ Da Agência Senado

O Senado aprovou o Estatuto da Segurança Privada, que regulamenta a atuação das empresas de segurança privada e de transporte de valores, e disciplina detalhes da segurança em bancos. O texto aprovado pelos senadores foi o SCD 6/2016, um substitutivo feito pela Câmara ao texto original do Senado (PLS 135/2010), com a supressão de algumas mudanças. A aprovação se dá após oito anos de espera desde que o projeto voltou ao Senado. O texto seguiu para a sanção presidencial.

O projeto original (PLS 135/2010), do ex-senador Marcelo Crivella, estabelecia apenas um piso salarial nacional para a categoria dos vigilantes e foi apro-

vado pelo Senado em 2012. Remetido à Câmara dos Deputados, foi aprovado em 2016 na forma do texto alternativo, com regras mais abrangentes. O texto passou a tratar de temas como atuação das empresas de segurança, regras para formação de profissionais, uso de armas e outros equipamentos controlados.

O substitutivo já havia sido aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 2017, mas foi arquivado em 2022, devido ao final da legislatura. O requerimento para que fosse desarquivado no Senado foi aprovado em 2023. Em junho de 2024, passou a tramitar com urgência e foi diretamente para o Plenário. A versão aprovada pelo Sena-

“

A clandestinidade no setor de serviços de segurança privada no país, hoje, tem um número absurdo. Para vocês terem uma ideia, são 3,5 milhões de vigilantes, mas, infelizmente, os vigilantes formais contratados por empresas idôneas são apenas 500 mil. Os 3 milhões restantes estão na clandestinidade, que macula o setor de segurança privada”

do seguiu o relatório do senador Laércio Oliveira (PP-SE). Algumas mudanças feitas pela Câmara foram suprimidas e o relator também fez alterações redacionais.

Para Laércio, a regulamentação é necessária para adequar as regras à realidade atual em que há, por exemplo, crimes digitais e necessidade de monitoramento eletrônico. Além disso, ele afirmou que o texto vai dar à Polícia Federal instrumentos para fiscalizar melhor essas empresas e evitar que atuem na clandestinidade, o que colocaria em risco não só o patrimônio, mas a vida da população.

“A clandestinidade no setor de serviços de segurança privada no país, hoje, tem um número absurdo. Para vocês terem uma ideia, são 3,5 milhões de vigilantes, mas, infelizmente, os vigilantes formais contratados por empresas idôneas são apenas 500 mil. Os 3 milhões restantes estão na clandestinidade, que macula o setor de segurança privada. Um lamentável exemplo é de um supermercado no Rio Grande do Sul, onde o cidadão foi brutalmente espancado e chegou a óbito porque a condução da segurança era exercida por uma empresa que não tinha a devida qualificação. E esse projeto vai exatamente nessa linha para oferecer à Polícia Federal condições de combate à clandestinidade”, disse Laércio.

O texto permite ainda o funcionamento de serviços de segurança privada nas empresas que queiram ter seu próprio corpo de seguranças, possibilidade estendida a condomínios de casas ou de apartamentos, escritórios, prédios residenciais e salas, exceto portarias. Esse tipo de situação é denominado de serviço orgânico de segurança e abrange desde a vigilância armada até o transporte de valores, contanto que seja em benefício próprio. Com o projeto, será proibida a prestação desse tipo de serviço de segurança privada por autônomos e cooperativas, e dependerá de autorização da Polícia Federal para o funciona-



“

Um lamentável exemplo [de irregularidade], é de um supermercado no Rio Grande do Sul, onde o cidadão foi brutalmente espancado e chegou a óbito porque a condução da segurança era exercida por uma empresa que não tinha a devida qualificação. E esse projeto vai exatamente nessa linha para oferecer à Polícia Federal condições de combate à clandestinidade”

mento e do cumprimento de exigências impostas pelo texto.

Durante a votação, o relator e outros senadores lembraram a mobilização do então senador Major Olímpio pela aprovação do texto. Major Olímpio morreu em 2016 em razão da Covid-19. A atuação dele em defesa do projeto foi

lembrada por Izalci Lucas (PL-DF) e Rodrigo Cunha (Podemos-AL). O relator sugeriu que a lei decorrente do projeto seja batizada com o nome do ex-senador.

Tipos de serviços

O substitutivo define quais são os serviços de segurança privada. Entre eles estão a vigilância patrimonial; a segurança de eventos em espaços de uso comum; a segurança nos transportes coletivos, exceto aviação; a segurança em unidades de conservação; o monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e de rastreamento; o transporte de valores; e a escolta de transporte de bens.

O texto aprovado pela Câmara também previa entre esses serviços a segurança perimetral nas muralhas e guaritas de estabelecimentos prisionais, mas a parte relativa aos presídios foi retirada pelo relator, assim como as regras para a prestação desses serviços que proibiam, por exemplo, o desempenho de atividades carcerárias a esses agentes. Para Laércio Oliveira, há necessidade de maior debate sobre a atuação da segurança privada nos presídios sem que se invada competências da polícia penal.

Quanto à vigilância nos meios de transporte, o projeto especifica que a PF poderá autorizar o uso de arma de fogo pelos seguranças que atuam nos servi-

cos de transporte coletivo terrestre, aquaviário ou marítimo.

Capital mínimo

Pelo substitutivo, será exigido capital social mínimo para a obtenção de autorização de funcionamento, que varia conforme o tipo de atuação. Para as empresas que atuam em transporte de valores, será de R\$ 2 milhões. Para as de gerenciamento de risco desse transporte será de R\$ 200 mil e, para as demais empresas, de R\$ 500 mil. Este último valor poderá ser reduzido para R\$ 125 mil no caso de empresas cujos profissionais atuem sem arma de fogo na segurança patrimonial e de eventos.

Escolas de formação de profissionais da área terão de ter capital de R\$ 200 mil e as de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança precisarão de R\$ 100 mil. Aquelas que prestarem mais de um serviço terão de ter o capital mínimo exigido inicialmente mais R\$ 100 mil por serviço adicional autorizado. Entretanto, o texto não especifica qual valor será tomado como referência se a empresa for nova e pedir autorização para mais de uma atividade ao mesmo tempo.

Emenda do relator determina que os valores previstos no substitutivo devem ser ajustados na redação final do projeto, seguindo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que mede a inflação. Essa atualização será feita com relação ao período de envio do substitutivo pela Câmara (dezembro de 2016) até os dias atuais, resultando num índice de 46%.

Os valores previstos no texto seriam por unidade da Federação, mas essa parte do texto foi suprimida pelo relator. Na justificativa de Laércio Oliveira, a exigência de capital social mínimo integralizado em cada estado e no Distrito Federal para autorização de funcionamento de uma empresa de segurança prejudicaria a ampla concorrência de mercado.

As empresas terão ainda de contar



com provisão financeira, reserva de capital ou seguro-garantia para suportar as obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias e oriundas de responsabilização civil.

Proibições

Pelo texto aprovado, as empresas de transporte de valores não poderão ter a participação de estrangeiros no capital votante. Já os bancos não poderão participar do capital de empresas especializadas em segurança privada nem constituir serviço orgânico para o transporte de valores. Haverá um prazo de dois anos para as empresas atuais seguirem essas regras. O texto proíbe as empresas seguradoras de emitir, em favor de instituições financeiras, apólice de seguros que inclua cobertura de roubo e furto qualificado de valores sem a comprovação do cumprimento das exigências previstas no projeto. Em seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, o substitutivo prevê a concessão de descontos sobre os prêmios pagos se os segurados tiverem outros meios de proteção definidos em regulamento além dos requisitos mínimos de segurança.

As empresas de segurança privada e aquelas que tiverem serviço orgânico de segurança privada terão três anos para se adaptar às exigências previstas no projeto a partir de sua publicação como lei.

O substitutivo também traz sanções para as infrações administrativas dos prestadores de serviço de segurança privada, para as empresas com serviços orgânicos de segurança privada e para instituições financeiras: advertência, multas e cancelamento da autorização para funcionamento ou interdição. Além disso, define o crime de organizar, prestar ou oferecer serviços de segurança privada com a utilização de armas de fogo e sem autorização de funcionamento. A pena é de detenção de um a três anos, além de multa.

Cotas

Contra o voto do relator, os senadores aprovaram um destaque apresentado pelo PSD para suprimir do texto um artigo que excluía vários tipos de vigilantes da base de cálculo de postos de trabalho a serem ocupados por aprendizes e pessoas com deficiência. A manutenção do artigo faria com que fossem contratados menos aprendizes e pessoas com deficiência.

“O artigo discrimina os trabalhadores com deficiência e os jovens aprendizes, abrindo um precedente bastante grave contra as cotas de contratação previstas em lei. Eu tenho certeza de que não tem nenhum senador aqui que queira retroceder direitos duramente conquistados”, disse a senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ao defender a aprovação do destaque.



Senadores que votaram contra o destaque argumentaram que as empresas de segurança não conseguiriam cumprir as cotas para menores aprendizes porque há restrições na lei para que menores de 21 anos exerçam esse tipo de atividade. O senador Esperidião Amin (PP-SC) sugeriu a discussão do tema em um novo projeto de lei para tratar dessa questão específica, não só para as empresas de segurança. A retirada do artigo foi aprovada por 48 votos a 17.

Mais alterações

Uma das mudanças feitas pelo relator foi a retirada do texto de dispositivos que obrigariam as empresas de transporte de bens e valores a equipar pelo menos um dos vigilantes de cada carro-forte com sistema de gravação de vídeo, com áudio, localização geográfica e capacidade de transmissão. As empresas teriam que monitorar remotamente esse sistema. Para o relator, seria uma exigência desproporcional para essas empresas, já que nem as polícias militares têm essa obrigação.

O relator também retirou do substitutivo um trecho que considerava essenciais os serviços de segurança em bancos. Esse trecho, na visão de Laércio, restringiria o direito à greve desses trabalhadores.

Também foi suprimida a obrigatoriedade, nas agências bancárias, de porta de segurança com detector de metais ou tecnologia equivalente e de porta da tesouraria com identificação biométrica para abertura. Para o relator, os itens ou medidas de segurança descritos podem ser considerados dissonantes do atual estado de avanço tecnológico do setor, por isso seria melhor delegar as minúcias para regulamento, mais fácil de ser atualizado.

Outra alteração foi na aprovação automática de novos pedidos de autorização de funcionamento de empresas de segurança privada. Para o relator, essa renovação automática poderia causar o incremento da clandestinidade e a concorrência desleal nesta seara. Pelo texto aprovado, se os pedidos de renovação não forem solucionados em até 30 dias

da entrada da documentação, os documentos de protocolo servirão apenas como renovação “temporária e precária” para o exercício da atividade.

Foram retirados, ainda, trechos referentes à criação do Conselho Nacional de Segurança Privada (CNASP) como órgão do Ministério da Justiça e à destinação dos valores arrecadados com multas para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol).

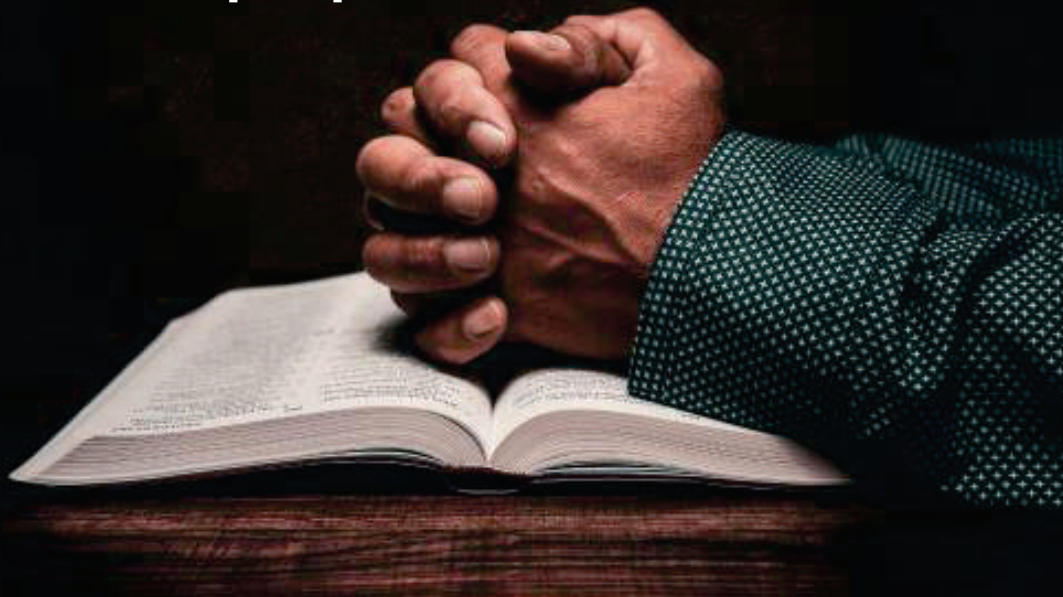
Outra possibilidade retirada pelo relator foi a de que a Polícia Federal delegasse a totalidade das atividades de fiscalização e controle da prestação dos serviços de segurança privada para as secretarias de Segurança Pública das unidades da Federação. Pela redação aprovada, apenas parte dessas atribuições poderá ser delegada, de acordo com o regulamento.

“

O artigo discrimina os trabalhadores com deficiência e os jovens aprendizes, abrindo um precedente bastante grave contra as cotas de contratação previstas em lei. Eu tenho certeza de que não tem nenhum senador aqui que queira retroceder direitos duramente conquistados”

Candidaturas com identidade religiosa crescem 225% em 24 anos

Nomes evangélicos são os mais recorrentes nas urnas, mostra pesquisa



■ Por **Pedro Rafael Vilela**, da Agência Brasil

O número de candidatos a vereador e prefeito que usam de forma explícita uma identidade religiosa em seus nomes de campanha cresceu cerca de 225% ao longo de 24 anos. Em um levantamento inédito, o Instituto de Pesquisa e Reputação de Imagem (IPRI), da FSB Holding, coletou dados do portal de estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das últimas sete eleições municipais, entre 2000 e 2024. A pesquisa, com dados exclusivos obtidos pela Agência Brasil, mostra que o ritmo de crescimento de candidaturas com viés religioso é 16 vezes maior que o de aumento do total de candidaturas nos pleitos locais.

Em 2000, o número de candidaturas com identidade religiosa foi de 2.215,

“Os dados deste levantamento demonstram um forte aumento do apelo da religião na política. Ao longo do tempo, o número de candidatos que adotam denominações religiosas no nome que vai na urna cresceu muito mais do que o volume total de candidatos nas eleições municipais”

em termos absolutos. Já em 2024, chegou a 7.206 (+225%). Nesse mesmo intervalo de 24 anos, o número total de candidaturas subiu 14%, passando de 399.330, em 2000, para 454.689 nas eleições municipais deste ano. Em 2000, o número de candidaturas com identidade religiosa representava 0,55% do total, enquanto nas eleições deste ano elas representam 1,6% do número total de candidatos inscritos.

Para chegar a esses números, o IPRI analisou os nomes de todos os candidatos e candidatas ao longo dos pleitos, aplicando filtros de religiões evangélicas, católicas e de matriz africana para identificar os vínculos diretos com as candidaturas. Entre as palavras usadas, estão: pai, mãe, pastor, pastora, missio-

nário, missionária, bispo, bispa, apóstolo, apóstola, reverendo, irmão, irmã, padre, babalorixá, ialorixá, ministro, ministra, ogum, exu, iansã, iemanjá, obaluaê, oxalá, omulu, oxóssi, oxum, oxumaré e xangô.

O recorde de candidaturas religiosas, no entanto, foi registrado há quatro anos, nas eleições municipais de 2020, quando houve 9.196 concorrentes, entre candidatos a prefeitos e vereadores. No entanto, nesse mesmo pleito, havia cerca de 100 mil candidatos a mais, em números absolutos totais, chegando a 557.678 nomes inscritos. A queda no número total de candidaturas reflete os efeitos do fim das coligações proporcionais, distribuição de recursos do fundo eleitoral, organização dos partidos em federações e aumento de custos de campanhas.

“Os dados deste levantamento demonstram um forte aumento do apelo da religião na política. Ao longo do tempo, o número de candidatos que adotam denominações religiosas no nome que vai na urna cresceu muito mais do que o volume total de candidatos nas eleições municipais”, afirma Marcelo Tokarski, sócio-diretor do Instituto de Pesquisa e Reputação de Imagem (IPRI).



“Mas é importante ressaltar que isso não significa necessariamente um aumento dos candidatos religiosos que serão eleitos, porque isso depende, entre outras coisas, da atuação dos partidos e da distribuição de recursos de campanha”, pondera.

Evangélicos à frente

Os nomes de candidatos com títulos relacionados à religião evangélica são a maioria esmagadora das candidaturas com identidade religiosa apuradas no levantamento do IPRI/FSB. Nas eleições deste ano, os termos mais recorrentes são: pastor (2.856), irmão (1.777), pastora (862), irmã (835) e missionária (247). Juntos, eles somam 6.557 candidaturas, o que dá mais de 91% do total de candidaturas identificadas com alguma religião.

Essa representatividade é ainda maior considerando outros termos associados aos evangélicos que aparecem em nomes de candidaturas nas urnas, como missionário (48), apóstolo (23) e ministro (3).

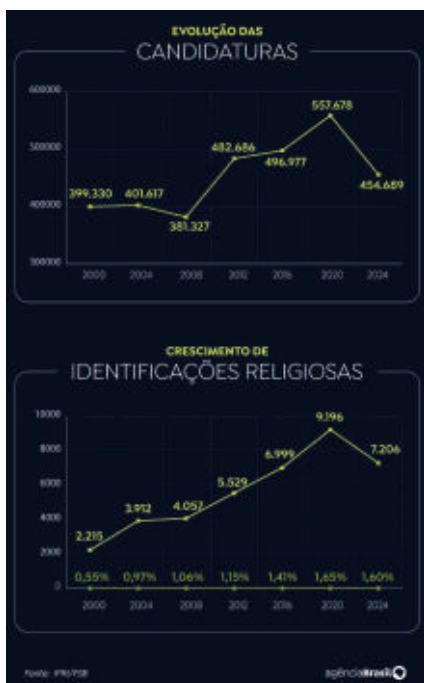
Termos como pai (106) e mãe (81), normalmente vinculados a nomes de religiões de matriz africana, apareceram nos resultados das candidaturas deste ano, mas em quantidade mais residual. Nomes católicos de candidaturas, como padre (68), também apareceram na pes-

quisa ao longo dos anos, e no pleito deste ano, de forma recorrente.

Mobilização religiosa

A mobilização religiosa em campanha eleitoral é uma realidade histórica no Brasil, que cresceu ao longo das últimas décadas impulsionada por novos movimentos religiosos que buscaram ocupar um espaço de representação institucional e de poder.

“Desde a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, com um país que garantia maior liberdade religiosa e o pluralismo religioso, novos movimentos religiosos passam a reivindicar mais espaço na relação com o Estado e





“
Os dados deste levantamento demonstram um forte aumento do apelo da religião na política. Ao longo do tempo, o número de candidatos que adotam denominações religiosas no nome que vai na urna cresceu muito mais do que o volume total de candidatos nas eleições municipais”

com a política institucional que até então era monopolizado pela Igreja Católica. Era algo que era percebido com naturalidade, ninguém estranhava. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) inaugura ali, no início dos anos 1990, um novo modo de fazer política, convocando evangélicos não apenas a votar e a discutir política como também estabelecendo candidaturas oficiais apoiadas pela Igreja”, explica a antropóloga Lívia Reis, pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora da Plataforma Religião e Política, do Instituto de Estudos da Religião (ISER).

Aos poucos, segundo a pesquisadora, esse modelo passa a ser seguido também por outras denominações religiosas evangélicas, acompanhando também um processo de participação política mais fisiológico, para garantir representação institucional em parlamentos, acesso a concessões públicas de canais de rádio e televisão, por exemplo, e espaço de expressão e defesa das chamadas “pautas morais”, que começam a ganhar mais centralidade a partir das eleições de 2010, quando o aborto entra no centro do debate.

“Se, por um lado, as candidaturas oficiais apoiadas por igrejas evangélicas continuam tendo bons resultados nas urnas, nem sempre elas mobilizam nome religioso nas urnas. Por outro lado, candidatos que não são religiosos passaram a se identificar como cristãos – assim, de modo genérico –, para comunicar ao eleitorado o conjunto de valores com os quais ele se identifica ou então para pedir voto em igrejas de pequeno e médio portes, que não têm suas candidaturas oficiais. Também é importante lembrar que, nas eleições municipais, as dinâmicas locais nos territórios são muito valorizadas e, muitas vezes, precisam ser combinadas com uma identidade religiosa para que aquela candidatura seja vencedora no pleito”, analisa Lívia Reis.

Eficiência eleitoral

Em uma ampla pesquisa sobre as candidaturas religiosas nas eleições municipais de 2020, o ISER analisou a disputa por vagas em câmaras municipais de oito capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia. Os dados produzidos foram obtidos por meio do monitoramento e da análise das

mídias sociais de candidatos ao Legislativo dessas cidades e buscou identificar, entre mais de 10 mil candidaturas a vereador, aquelas que tinham algum vínculo ou identidade religiosa. No total, foram contabilizadas 1.043 candidaturas com identidade religiosa nas oito capitais monitoradas.

“Assim, apesar de representarem, em média, 10,71% do total de candidaturas, ao final das eleições os candidatos com identidade religiosa passaram a ocupar, também em média, 51,35% das cadeiras de cada Câmara Municipal pesquisada. Os dados também demonstram que candidaturas que mobilizaram a religiosidade de forma direta durante a campanha foram mais votadas. Consequentemente, indica que a mobilização de aspectos religiosos e morais, de diferentes formas, é uma estratégia eficaz para a eleição de candidaturas”, diz um trecho do relatório da pesquisa.



A Confederação do Equador costuma aparecer nos livros didáticos de história como um episódio menor dentro do Primeiro Reinado

Confederação do Equador, importante momento da história nacional

Há 200 anos, Pernambuco criou 'Brasil alternativo' ao Império de Pedro I

Por Ricardo Westin, da Agência Senado

Em 1822, quando o Brasil estava à beira da separação de Portugal, diferentes projetos políticos para a nova nação entraram em disputa.

Um dos projetos previa que a antiga Colônia portuguesa pouco mudaria: a nova nação seria monárquica, o território ficaria intacto, a escravidão permaneceria como a base da economia e o poder não seria repartido entre as províncias, mas concentrado nas mãos do governo central, no Rio de Janeiro.

Os brasileiros conhecem bem a história. No fim das contas, foi justamente esse o projeto político vencedor, idea-

“

A Confederação do Equador foi a primeira revolução constitucionalista do Brasil, mais de cem anos antes da célebre Revolução Constitucionalista de 1932, contra Getúlio Vargas, em São Paulo. Foi também a primeira revolução federalista do Brasil. Com efeito, foram esses os seus aspectos principais, mais do que qualquer veleidade separatista”.
André Heráclio do Rêgo.

lizado pela elite do eixo Rio-Minas-São Paulo e executado pelo imperador D. Pedro I a partir do grito do Ipiranga.

O que os brasileiros não conhecem são os projetos perdedores, aqueles “Brasis alternativos” que, apesar de possíveis, o curso da história não permitiu que se tornassem realidade.

Tais projetos podem ser pelo menos vislumbrados quando se olham as outras histórias do continente. A Colômbia, a Argentina e outros vizinhos se fragmentaram em diferentes repúblicas. O Haiti foi palco de uma rebelião negra que massacróu os brancos, decla-

rou o país independente e aboliu a escravidão. Cuba se manteve escravista e unida à Espanha. Os Estados Unidos entregaram o poder de mando aos estados, não ao governo nacional.

A verdade é que houve, sim, um “Brasil alternativo” que conseguiu sair do papel. Foi a Confederação do Equador, que costuma aparecer nos livros didáticos de história como um episódio menor dentro do Primeiro Reinado (1822-1831).

Precisamente 200 anos atrás, um grupo de revoltosos declarou Pernambuco um país com governo próprio, aberto à entrada de qualquer outra província que também estivesse insatisfeita com a política centralizadora e autoritária de D. Pedro I.

Esse “Brasil alternativo” era republicano, tinha o poder descentralizado e considerava acabar com a escravidão.

A Confederação do Equador foi proclamada em 2 de julho de 1824 e ainda contou com a adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

A nova nação, contudo, teve vida curta. Não chegou a completar cinco meses de existência. Pela força das armas, D. Pedro I sufocou os últimos rebeldes em novembro.

No fim do ano passado, o Senado criou uma comissão para resgatar a história da Confederação do Equador e planejar e coordenar as comemorações do seu 200º aniversário.

A comissão, formada por cinco parlamentares da Região Nordeste, foi criada a pedido da senadora Teresa Leitão (PT-PE), que também preside o colegiado. Os trabalhos se estenderão até o início do próximo ano.

Inicialmente, Pernambuco se somou ao projeto independentista de D. Pedro I. A província acreditou na promessa de que, primeiro, o Brasil teria uma Constituição liberal e moderna redigida pelos representantes das províncias, em nada semelhante ao absolutismo monárquico da velha Europa, e, segundo, as províncias da nova nação desfrutariam de generosas doses de autonomia política e econômica. Uma vez coroado imperador, no entanto, D. Pedro I deixou a dupla promessa para trás. Em outubro de 1823, mudou a lei que regia a escolha dos presidentes das províncias. Antes selecionados pelas próprias províncias, eles passaram a ser indicados diretamente pelo imperador, e o monarca apontou um nome que os pernambucanos não aceitaram.

A Confederação do Equador

Províncias que em 1824 aderiram ao movimento liderado por Pernambuco



“Como a história foi escrita pelos vencedores, a Monarquia rotulou o movimento como separatista, dando a entender que era subversivo e ameaçava a existência do Brasil. Também o rotulou como secundário, regionalista, egoisticamente preocupado com a defesa das prerrogativas locais. O projeto da Confederação do Equador, porém, era para o Brasil todo”. George Cabral.



Pintura mostra tropas imperiais entrando no Recife em 1824 para atacar a Confederação do Equador

No mês seguinte, ao perceber que a Constituição que estava sendo elaborada pelos deputados não lhe daria todos os poderes que queria, D. Pedro I mandou, num ato de despotismo, fechar a Assembleia Constituinte. O episódio ficou conhecido como Noite da Agonia. Coube a um grupo de assessores de sua confiança redigir a primeira Constituição brasileira, outorgada em março de 1824.

Embora a Constituição não chegasse a ser absolutista, os pernambucanos a consideraram pouco liberal, já que colocava o monarca numa posição politicamente superior à do Parlamento, que era a representação das províncias e do povo.

O imperador passou a ter em suas mãos tanto o Poder Executivo quanto o Poder Moderador, o que enterrou a possibilidade de haver equilíbrio entre os Poderes do Império.

Os pernambucanos entenderam que não poderiam esperar mais nada de D. Pedro I. Assim, o presidente (governador) da província de Pernambuco, Manoel de Carvalho, declarou criada a Confederação do Equador, que planejava redigir em breve a sua própria Constituição — esta, sim, 100% liberal.

Entre outros pontos, esperava-se que a lei máxima da nova república estabelecesse que o poder seria compartilhado irremediavelmente entre todas as províncias, sem que a União estivesse acima delas, funcionando mais ou menos como

os Estados Unidos. Essa era a essência de uma confederação ou federação — na época, os dois termos eram utilizados indistintamente.

O historiador André Heráclio do Rêgo, do Instituto Arqueológico, Histó-

“

Com todo respeito à história de Minas Gerais, é preciso lembrar que o projeto republicano da Inconfidência Mineira ficou na fase do planejamento. Foi denunciado, descoberto e sufocado antes de ser tirado do papel. Em Pernambuco foi diferente. Tanto na Revolução Pernambucana, de 1817, quanto na Confederação do Equador, de 1824, os insurgentes efetivamente estabeleceram um governo republicano”.
George Cabral.

co e Geográfico Pernambucano, afirma: “A Confederação do Equador foi a primeira revolução constitucionalista do Brasil, mais de cem anos antes da célebre

Revolução Constitucionalista de 1932, contra Getúlio Vargas, em São Paulo. Foi também a primeira revolução federalista do Brasil. Com efeito, foram esses os seus aspectos principais, mais do que qualquer veleidade separatista”.

O historiador George Cabral, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), lembra que muitos livros didáticos insistem ainda hoje em apontar o separatismo como característica definidora da Confederação do Equador: “Como a história foi escrita pelos vencedores, a Monarquia rotulou o movimento como separatista, dando a entender que era subversivo e ameaçava a existência do Brasil. Também o rotulou como secundário, regionalista, egoisticamente preocupado com a defesa das prerrogativas locais. O projeto da Confederação do Equador, porém, era para o Brasil todo. Embora não corresponda plenamente à realidade, a narrativa oficial da formação do Estado nacional, forjada pela Monarquia, ignorou os projetos alternativos e se tornou hegemônica”.

Na avaliação de Cabral, até mesmo a escolha de Tiradentes como herói republicano, decidida logo após a derrubada da Monarquia, não foi adequada: “Com todo respeito à história de Minas Gerais, é preciso lembrar que o projeto republicano da Inconfidência Mineira ficou na fase do planejamento. Foi denunciado, descoberto e sufocado antes de ser tirado do papel. Em Pernam-

bucos foi diferente. Tanto na Revolução Pernambucana, de 1817, quanto na Confederação do Equador, de 1824, os insurgentes efetivamente estabeleceram um governo republicano”.

Para o historiador André Heráclio do Rêgo, o Frei Caneca, mentor intelectual da Confederação do Equador, seria um herói republicano mais apropriado do que Tiradentes. Ele continua: “A glorificação de Tiradentes e da Inconfidência se deu na Primeira República [1889-1930], período em que houve uma nítida predominância política de Minas Gerais e São Paulo. É o mesmo motivo por que os bandeirantes paulistas foram também glorificados”.

Naquele “Brasil alternativo” criado pelos pernambucanos, a escravidão negra provavelmente seria eliminada em breve. Isso se depreende de dois fatos.

Primeiro, os principais líderes da Confederação do Equador eram, pessoalmente, contrários à existência de mão de obra escravizada. Depois, uma das primeiras medidas do governo republicano foi abolir o tráfico negreiro da África para os portos das províncias confederadas.

Segundo o professor George Cabral, da UFPE, o fim da escravidão não tinha na zona rural o mesmo apoio que tinha nas cidades e esse desequilíbrio foi fatal para os confederados: “Os senhores de engenho do Nordeste dependiam dos escravizados no cultivo da cana e na produção do açúcar. Um dos motivos para a Confederação do Equador não ter vingado foi justamente não ter contado

com a adesão desse poderoso grupo agrário, que preferia o governo de D. Pedro I”.

Ele continua: “A relação entre a Monarquia e a escravidão era tão íntima que, assim que a escravidão foi abolida, em 1888, a Monarquia perdeu a razão de existir e foi derrubada no ano seguinte”.

O nome Equador era uma referência às

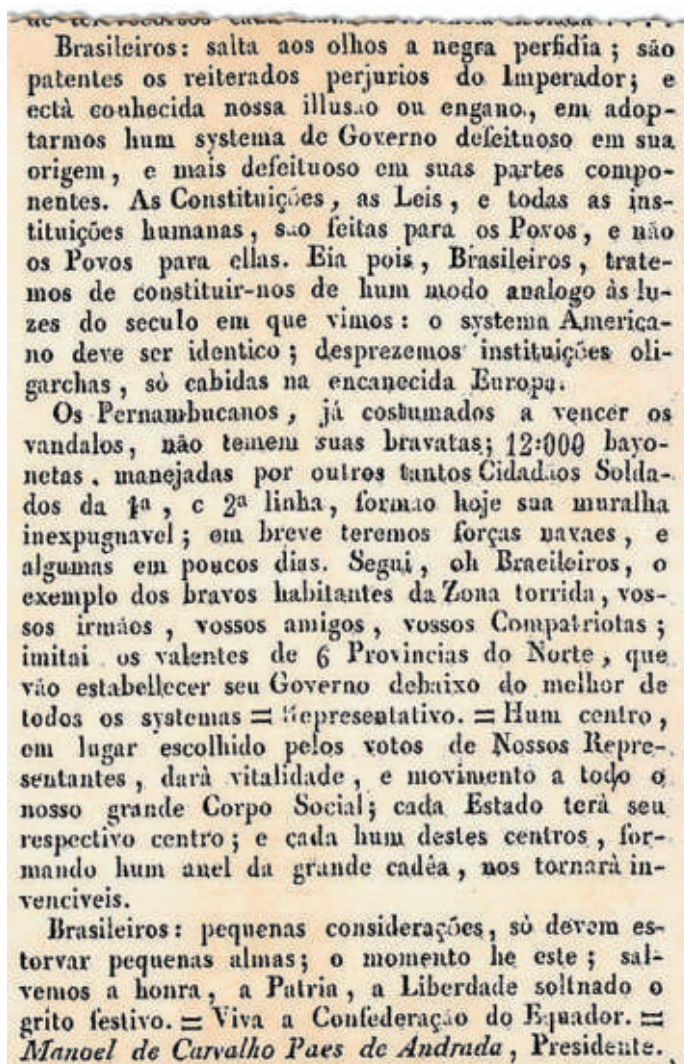
do Sul em 1830. Alguns pesquisadores creem que, para batizar o seu país, os equatorianos se inspiraram no nome da nação criada anteriormente pelos pernambucanos. Antes da independência, o Equador era o departamento de Guayaquil.

A hipótese é plausível. O general Abreu e Lima, que deixou Pernambuco em 1819 e participou da libertação de diferentes territórios espanhóis na América, incluindo o futuro Equador, estava a par dos acontecimentos revolucionários em sua província natal.

O professor da UFPE afirma que é importante que os brasileiros conheçam a Confederação do Equador porque existem questões levantadas há 200 anos pelos revolucionários que de tempos em tempos reaparecem no debate nacional, como o indesejado desequilíbrio entre os Poderes: “Nos últimos anos, vimos o Poder Executivo lançar ofensivas contra o Poder Judiciário, procurando deslegitimá-lo. Ainda mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal teve que se manifestar sobre a falsa interpretação de que as Forças Armadas seriam hoje o Poder Moderador e estariam acima dos outros três Poderes da República”.

O historiador e consultor legislativo Dario Alberto de Andrade, que trabalha na

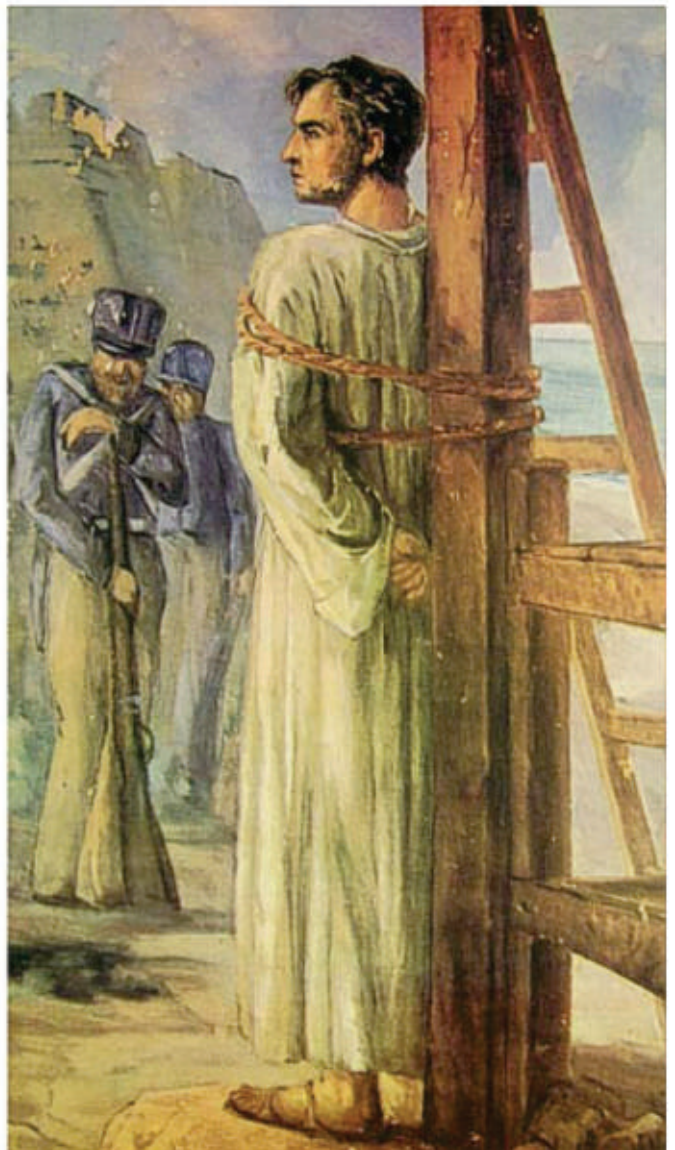
comissão do Senado que trata do bicentenário, cita outro ponto da pauta de 1824 que permanece atual: “O pacto federativo ainda não está resolvido. Basta olharmos a reforma tributária de agora. Os estados não aceitaram que o governo federal criasse um imposto único e pressionaram para a instituição



Trecho de manifesto publicado no jornal *O Espectador Brasileiro* em que o presidente da província de Pernambuco convida outras províncias a aderir à Confederação do Equador

províncias da porção norte do Império, localizadas perto da Linha do Equador, em oposição às províncias do sul, aglutinadas sob o comando centralizador do Rio de Janeiro.

A Confederação do Equador é anterior ao surgimento do atual Equador, país criado no outro lado da América



D. Pedro I, que reprimiu a Confederação do Equador, e Frei Caneca, executado por defender a descentralização do poder (Antônio Joaquim Franco Velasco e Murillo La Greca)

de dois impostos: um federal e outro local, sob a administração dos estados e municípios. Existe uma tensão permanente entre o poder central e a autonomia local tanto nas questões políticas quanto nas questões financeiras. Sem entendê-la, não há como compreender a história do Brasil”.

Essa tensão entre o poder central (antes no Rio, agora em Brasília) e a autonomia local (antes das províncias, agora dos estados) foi a causa de rupturas ao longo da história do Brasil. Em certos momentos, o país pendeu para a centralização do poder. Em outros, para a descentralização.

O vaivém é bem claro. No reinado de D. Pedro I, o poder no Brasil esteve

“

A glorificação de Tiradentes e da Inconfidência se deu na Primeira República [1889-1930], período em que houve uma nítida predominância política de Minas Gerais e São Paulo. É o mesmo motivo por que os bandeirantes paulistas foram também glorificados”.
André Heráclio do Rêgo.

centralizado. Isso incompatibilizou o imperador com as elites provinciais, que desejavam mais força. Elas alcançaram esse objetivo na Regência, período de ampla descentralização política. A centralização voltou após a coroação de D. Pedro II.

Na Primeira República, as unidades subnacionais gozaram de níveis recordes de autonomia política e tributária. O nome oficial do país era Estados Unidos do Brasil.

Na Era Vargas, o novo presidente marcou a volta da centralização com um ato simbólico: queimou em público todas as bandeiras estaduais e mostrou que a única que deveria ter autoridade era a nacional.



A senadora Teresa Leitão conduz audiência pública na comissão do Senado encarregada das comemorações do bicentenário da Confederação do Equador

“Quando conhecemos a história da Confederação do Equador, vemos que os atores históricos têm uma vastidão de caminhos a escolher. Alguns são escolhidos e outros, rejeitados. A história não é predefinida, inevitável ou natural. Precisamos entender que, da mesma forma que os atores do passado, nós, do presente, também fazemos escolhas e traçamos a nossa história”, analisa o consultor Dario de Andrade.

Na avaliação do consultor legislativo Vinícius Machado Calixto, que também atua na comissão dos 200 anos, é natural que o Senado esteja comprometido com o resgate histórico da Confederação do Equador: “Como os senadores representam as unidades da Federação, o Senado tem especial preocupação com o equilíbrio na relação dos estados entre si e dos estados com a União”.

A comissão presidida pela senadora Teresa Leitão (PT-PE) tem feito audiências públicas em Brasília com historiadores e visitado os estados que guardam o legado da Confederação do Equador.

As comemorações do bicentenário

incluirão eventos em parceria com órgãos públicos, associações históricas e universidades, a publicação de livros sobre o movimento e a produção de um documentário.

O destino dos líderes da derrotada Confederação do Equador comprova que, para o imperador D. Pedro I, nenhum “Brasil alternativo” jamais seria tolerado.

Manoel de Carvalho foi exilado. Cipriano Barata, mandado para a prisão. O Padre Mororó e o Frei Caneca, executados por fuzilamento.

O território de Pernambuco não passou incólume. D. Pedro I tomou 65% da província – a faixa que acompanha o rio São Francisco e atualmente corresponde a todo o oeste da Bahia. Mutilado, Pernambuco deixou de fazer divisa com Minas Gerais, Goiás e o atual Tocantins.

“A relação entre a Monarquia e a escravidão era tão íntima que, assim que a escravidão foi abolida, em 1888, a Monarquia perdeu a razão de existir e foi derrubada no ano seguinte”. George Cabral.

A história do Brasil em ciclos

A relação entre o governo central e as subunidades nacionais variou ao longo dos últimos 200 anos.





A SOLUÇÃO
TÁ NA

MESA ✓



**COM AS MESAS TÉCNICAS,
O TCE VIABILIZOU A RETOMADA DAS
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA BR-174.**

GRUPO **III** **RDM**
REDE DE MÍDIAS
JUNTOS CONTRA A QUEIMADA!

NÃO FAÇA 
QUEIMADAS,
O FOGO PODE VOLTAR CONTRA VOCÊ!

**QUEIMADAS PREJUDICAM A
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**

Você pode denunciar

Batalhão de Emergências Ambientais

0800 647 7363

EMERGÊNCIA

193